



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

**XXXII CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO
TRABALHO DA 2ª REGIÃO**

2ª Prova - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - 10/setembro/2006

PROVA ESCRITA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO CIVIL.

INSTRUÇÕES

1. Cada pergunta terá peso 1 (um).
2. Não há necessidade de transcrever a pergunta na folha de respostas.
3. Numere as respostas de acordo com as questões.
4. Utilize exclusivamente caneta de tinta azul ou preta. Não use caneta hidrográfica (ponta porosa).
5. Não rubrique e não assine a prova. Não faça qualquer marca que possibilite identificação. A identificação da prova implicará na eliminação do candidato.
6. Eventual rascunho não será considerado para atribuição de nota. Caso deseje se valer de rascunho, solicite ao fiscal de sala folhas avulsas.
7. É vedada a utilização de legislação **comentada e anotada**, facultando-se, no entanto, a consulta a Súmulas, Orientações Jurisprudenciais, Precedentes Normativos e Legislação com notas remissivas. Em nenhuma hipótese poderá o candidato valer-se de material de outrem ou textos extraídos da Internet.
8. Não é permitida a utilização de quaisquer tipos de corretivos e, na hipótese de erro, o candidato **deverá utilizar a palavra “digo”**, não podendo, em qualquer circunstância, riscar o texto errado.
9. O prazo de 04 (quatro) horas para a elaboração da prova em hipótese alguma será prorrogado e o candidato somente poderá retirar-se da sala após a primeira hora do início, podendo levar a sua folha de questões.
10. As respostas devem ser objetivas, redigidas em, no máximo, 40 (quarenta) linhas.
11. Nenhum esclarecimento será prestado pela Banca Examinadora sobre as questões da Prova
12. O candidato que quiser poderá assistir à desidentificação da Prova na Sala Central.

BANCA EXAMINADORA

Juíza ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA – Presidente
Juíza SÔNIA APARECIDA GINDRO
Advogado DARMY MENDONÇA (OAB)

1. Para reduzir seus custos, empresa contrata cooperativa de prestação de serviços. Os trabalhadores disponibilizados pela cooperativa assumem o processo produtivo de setor essencial da empresa, recebendo desta todas as orientações técnicas, ordens em geral, além de estarem subordinados hierarquicamente aos chefes da empresa. Os salários desses trabalhadores são pagos pela cooperativa. O candidato deverá responder:

- a) Existe relação de emprego?
- b) Caso o trabalhador sofra acidente no trabalho a serviço da tomadora, quem responde pelas consequências do acidente?
- c) Cooperativa é considerada empresa?

2. É lícita cláusula compromissória de arbitragem para solução de litígios individuais de trabalho? Justificar o entendimento.

3. Ação civil pública.

- a) Conceitue direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista.
- b) Existe integração entre o art. 2º da Lei de Ação Civil Pública e o art. 93 e seus incisos do Código de Defesa do Consumidor?
- c) O inciso II do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor trata de competência concorrente?
- d) Comente o posicionamento do C. TST ante os temas acima.

4. Revelia.

- a) Revelia em face da confissão real e ficta.
- b) Consequências processuais para o autor, para o réu, para o litisconsorte passivo.
- c) Ante direitos indisponíveis e ante a necessidade de prova técnica.

5. Prescrição em Direito do Trabalho.

- a) Conceito. Teoria da *actio nata*.
- b) Total e parcial. Podem ser declaradas de ofício?
- c) Prescrição nas ações em que se discute dano moral.
- d) Prescrição do título em que se funda a ação monitoria.



6. Prova testemunhal.

- a) Argüida a contradita e negado, pela testemunha, o fato que a embasou: qual será o procedimento do magistrado?
- b) Como deve proceder o magistrado que, durante o depoimento da testemunha (advertida e legalmente compromissada), constata que a mesma está mentindo em juízo?
- c) Obriga-se o juiz, na forma da lei, à oitiva de todas as testemunhas que as partes tenham conduzido para depor?
- d) Em que hipóteses não se admite prova testemunhal?

7. Bem de família.

- a) Definição.
- b) Diferenças entre bem de família de que trata o art. 1711 e seguintes do Código Civil e a Lei 8.009/90. Tais normas coexistem?
- c) Sua penhorabilidade frente ao devedor solteiro; à nua propriedade e às obrigações *prop-ter rem*.
- d) Possibilidade de declaração *ex officio*.
- e) Frente aos créditos trabalhistas, considerando a natureza jurídica da exceção prevista no inciso III, do art. 3º da Lei 8.009/90.
- f) Essa excludente de penhorabilidade pode ser alegada em embargos de terceiro?

8. Contratos administrativos clássicos.

- a) Distinguir contratos de obras, contratos de serviços e contratos de concessão.
- b) Geram responsabilidade subsidiária para o contratante nos casos de inadimplência/insolvência de verbas trabalhistas por parte do efetivo empregador?

9. Súmulas.

- a) Princípios que as informam.
- b) Seu poder vinculante.
- c) Consequências de sua edição.

10. *Habeas data*, *habeas corpus* e interdito proibitório.

- a) conceitue.
- b) É cabível a apresentação perante a Justiça do Trabalho? Fundamente e exemplifique.